



EDUCAÇÃO FÍSICA NO SUS: ANÁLISE DA INSERÇÃO DOS PROFISSIONAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE QUIRINÓPOLIS (GO)

Bruna Vitória Ribeiro Silva

Universidade Estadual de Goiás – Campus Sudoeste (UEG)

Djulhe Eduarda Cabral Coelho

Universidade Estadual de Goiás – Campus Sudoeste (UEG)

Lilyane Lemes de Andrade

Universidade Estadual de Goiás – Campus Sudoeste (UEG)

Natália Cardoso dos Santos

Universidade Estadual de Goiás – Campus Sudoeste (UEG)

Regia Cristina Campos

Universidade Estadual de Goiás – Campus Sudoeste (UEG)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar a presença e a atuação dos profissionais de Educação Física (PEF) nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Quirinópolis - GO, bem como analisar a percepção dos servidores sobre a oferta de atividades físicas para a comunidade e para os próprios funcionários. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada por meio de questionários semiestruturados aplicados em 13 UBS e 1 unidade de continuidade, cujas respostas foram gravadas, transcritas e analisadas. Os resultados revelaram que, das unidades investigadas, apenas cinco contavam com a presença efetiva de profissionais de Educação Física. Nas demais, as ações relacionadas à atividade física eram pontuais, frequentemente realizadas por voluntários ou por meio de parcerias temporárias. Apesar de os entrevistados reconhecerem os benefícios da prática regular de exercícios — tanto na prevenção de doenças crônicas quanto na promoção do bem-estar físico e mental, foi possível constatar a ausência de políticas públicas estruturadas que garantam a inserção permanente desses profissionais no âmbito da saúde. A pesquisa também evidenciou desafios como baixa valorização, remuneração insuficiente e falta de reconhecimento técnico-científico. Conclui-se que é fundamental fortalecer a atuação do profissional de Educação Física no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de políticas que garantam sua inclusão efetiva nas equipes multiprofissionais, contribuindo assim para uma abordagem mais integral e humanizada na promoção da saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Políticas Públicas; SUS.

INTRODUÇÃO

A área da saúde é um ambiente vasto, com vários caminhos que se encontram para que se tenha um indivíduo saudável. Uma das bases da saúde é a atividade física e, em 2006, a Política



Nacional de Promoção à Saúde, inseriu a atividade física com uma de suas práticas (Rodrigues et al., 2013), assim é imprescindível que os profissionais de educação física estejam inseridos em locais de saúde como hospitais, unidades básicas de saúde (UBS), entre outros locais.

Diante do exposto, Bracht (1999) expos que a atuação do profissional de Educação Física (PEF) no contexto da saúde ainda enfrenta barreiras significativas quanto ao reconhecimento e valorização. Embora esse profissional desempenhe um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças crônicas, especialmente por meio da prescrição de exercícios físicos, sua importância nem sempre é plenamente reconhecida pelas demais áreas da saúde (Bracht, 1999).

Além disso, a falta de compreensão social e institucional sobre as competências específicas da Educação Física contribui para a sua marginalização nos serviços interdisciplinares de saúde (Betti, 2001). Essa desvalorização é refletida tanto na baixa remuneração quanto na limitação de espaços ocupacionais em programas e políticas públicas voltados ao bem-estar físico da população (Castellani Filho, 2016), o que exige uma reflexão crítica sobre a inserção e o reconhecimento desse profissional como agente essencial no cuidado integral à saúde.

Diante disso, Bracht (1999) ressaltou que a desvalorização do profissional de Educação Física está intimamente relacionada à histórica separação entre o campo da saúde e da educação corporal. Durante muito tempo, a Educação Física foi vista como uma prática meramente recreativa ou disciplinadora, sem o devido reconhecimento científico e terapêutico (Bracht, 1999). Para mais, o autor complementa que estudos mostram que intervenções baseadas em exercícios físicos contribuem significativamente para o controle de doenças como hipertensão, diabetes tipo 2 e obesidade, além de melhorar aspectos psicológicos, como ansiedade e depressão.

Mesmo com tais evidências, esses profissionais enfrentam resistência em sua inserção nas equipes multidisciplinares do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa dificuldade é reforçada por políticas públicas que, por vezes, não compreendem a atividade física como elemento estruturante da promoção da saúde, restringindo o espaço de atuação do PEF a práticas escolares ou a academias (Castellani Filho, 2016).

Outro fator relevante é a baixa remuneração e a precarização do trabalho, que afastam profissionais qualificados do setor público, como dito por Betti (2001). Assim, muitos profissionais são obrigados a atuar em múltiplos vínculos, o que compromete a qualidade do atendimento e o desenvolvimento de ações mais amplas de saúde preventiva (Betti, 2001). Para superar essas limitações, é fundamental a criação de políticas que fortaleçam a formação continuada desses



profissionais e ampliem sua atuação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), NASFs e projetos comunitários.

A marginalização da Educação Física também está relacionada à disputa de saberes no interior das equipes interdisciplinares e, como aponta Carvalho (2011), o saber da Educação Física não é hegemônico no campo da saúde, o que exige uma resistência epistemológica e política frente à centralidade biomédica que ainda predomina em muitas instituições. A prática corporal, nesse contexto, deve ser entendida não apenas como meio terapêutico, mas como expressão de cultura, subjetividade e cidadania.

É necessário, portanto, um reposicionamento da Educação Física como campo de conhecimento relevante para o cuidado integral em saúde. Esse reposicionamento passa por reformulações nos currículos de formação inicial e continuada, por políticas de inserção efetiva nos serviços de saúde e por ações de sensibilização da sociedade quanto ao valor social e científico dessa profissão.

A superação da desvalorização exige também a construção de uma identidade profissional sólida, articulada com os princípios do SUS, como a integralidade do cuidado, a promoção da saúde e a participação comunitária. A atuação em UBSs, NASFs e projetos sociais pode ser ampliada como estratégia para consolidar a presença do profissional de educação física no campo da saúde pública.

Por isso, com o intuito de entender como os PEF são vistos nos locais de saúde, esse estudo buscou investigar a presença e a atuação dos profissionais de Educação Física em Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como compreender a percepção dos funcionários sobre a oferta de atividades físicas à comunidade e aos próprios servidores.

MATERIAS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, que segundo Gonçalves (2003) é uma pesquisa que exige que o pesquisador vá a um encontro mais direto, precisa ir ao espaço e coletar os dados no local. Além disso o artigo contou com uma abordagem qualitativa, através de uma entrevista semiestruturada, onde as falas das entrevistas foram registradas em áudio e depois transcritas manualmente para posterior análise.



Esse questionário foi aplicado em 13 UBS e 1 continuidade da cidade de Quirinópolis – GO, o qual foi respondido por um funcionário, sendo recepcionista ou enfermeiro. As perguntas abordaram aspectos referentes ao funcionamento dos postos de saúde, incluindo os tipos de atendimentos realizados, o perfil do público atendido, a existência de atividades físicas promovidas para a comunidade ou para os próprios funcionários e a presença ou não de profissionais de Educação Física na equipe da unidade.

A metodologia permitiu uma compreensão mais aprofundada da realidade das UBSs, possibilitando a análise das barreiras enfrentadas pelos profissionais da área e das oportunidades de inserção da Educação Física no âmbito da saúde pública.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

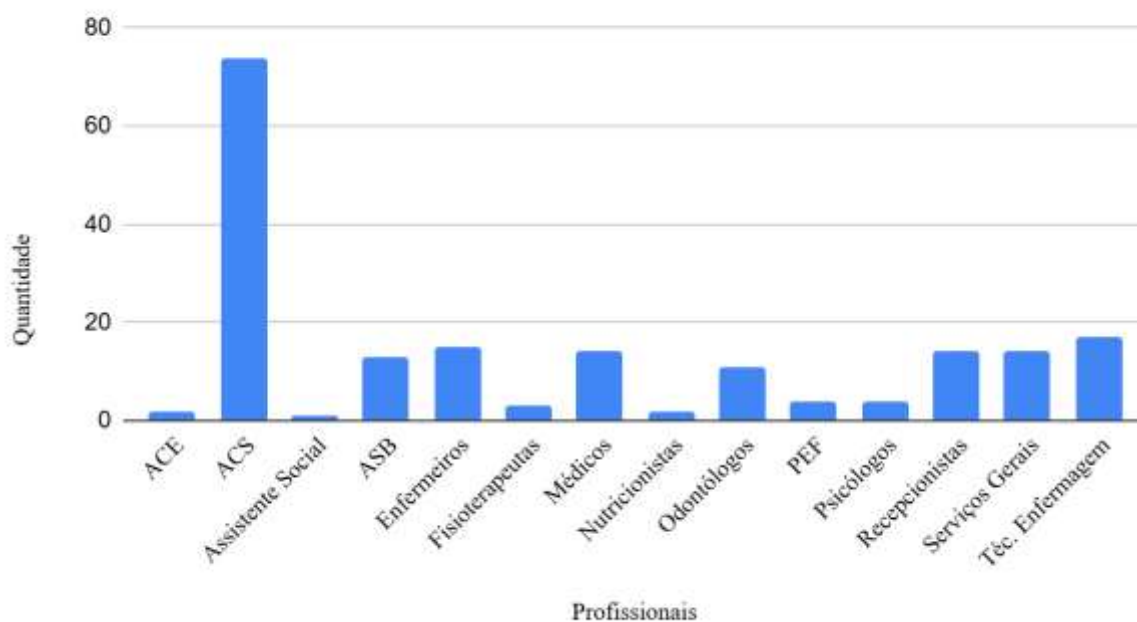
A análise das entrevistas revelou que, das 13 UBSs e 1 continuação pesquisadas, apenas 5 contavam com profissionais de Educação Física atuando diretamente nas unidades. Nas demais, a atuação se restringia a parcerias eventuais com academias ou projetos externos, geralmente com caráter temporário.

Os servidores entrevistados apontaram benefícios percebidos nas unidades onde existia essa atuação, como maior engajamento da comunidade nas atividades preventivas, melhora no humor dos pacientes e diminuição de quadros de sedentarismo. No entanto, relataram também falta de reconhecimento por parte das gestões locais, ausência de políticas claras de inserção e escassez de vagas para esse profissional no quadro de funcionários fixos.



Em primeiro lugar, observou-se que apenas uma minoria das UBSs visitadas contava com a presença efetiva de um profissional de Educação Física em sua equipe permanente. Na maioria dos casos, quando havia alguma atividade física direcionada à comunidade, ela era executada de

Estadística dos funcionários das UBS de Quirinópolis - GO



forma pontual, muitas vezes com voluntários ou por meio de parcerias externas, apesar de haver na equipe e-multi (2023) a presença de PEF, durante as entrevistas constatamos que eles não estão em ação em Quirinópolis – GO. Assim podemos observar no gráfico abaixo a falta de PEF nas UBS.

O gráfico acima mostra a quantidade de profissionais da área da saúde e sua atuação, sendo: 2 agentes de combate a endemias (ACE); 74 agentes comunitários de saúde (ACS); 1 assistente social; 13 auxiliares de saúde bucal (ASB); 15 enfermeiros; 3 fisioterapeutas; 14 médicos; 2 nutricionistas; 11 odontólogos; 4 profissionais de educação física (PEF); 4 psicólogos; 14 recepcionistas; 14 serviços gerais; e 17 técnicos em enfermagem.

Esse dado reforça a análise de Castellani Filho (2016), que denuncia a limitação de espaços ocupacionais para o profissional de educação física em programas de saúde pública. Ainda que os benefícios da prática regular de atividades físicas sejam amplamente reconhecidos pela ciência — como aponta Bracht (1999) —, a atividade física ainda é vista como complementar e não essencial no tratamento e prevenção de doenças crônicas.



Outro ponto relevante foi a percepção dos próprios funcionários das UBSs quanto à importância da atividade física. Embora a maioria reconhecesse que ela pode contribuir para a saúde da população e dos próprios servidores, poucos relataram a existência de iniciativas nesse sentido. Essa contradição revela uma lacuna entre o discurso institucional e a prática cotidiana, como discute Betti (2001), ao abordar a falta de compreensão social e institucional das competências da Educação Física.

Além disso, a análise das falas dos entrevistados apontou para uma baixa valorização profissional, expressa não apenas na ausência de vagas específicas, mas também na remuneração inadequada e na falta de reconhecimento técnico-científico da área. Essa realidade leva muitos profissionais a buscar outras formas de atuação, frequentemente em ambientes com menor estabilidade e vínculo institucional precário. Esses achados indicam que, apesar dos avanços teóricos e legais que reconhecem a Educação Física como área da saúde, a prática institucional ainda está distante dessa concepção. Como reforça Carvalho (2011), o saber construído pela Educação Física é muitas vezes ignorado ou marginalizado frente aos saberes tradicionais da medicina e da enfermagem, por exemplo.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade urgente de reconhecimento institucional, formação continuada e a inserção desses PEF nas áreas da saúde já que na equipe e-multi consta a participação, porém não os vemos na prática. Somente assim será possível consolidar uma abordagem realmente interdisciplinar e centrada na promoção da saúde integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a relevância do profissional de Educação Física no contexto da saúde pública, especialmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), espaço estratégico para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Apesar do potencial comprovado desse profissional na melhoria da qualidade de vida da população — por meio da prática orientada de exercícios físicos — sua inserção nas equipes multiprofissionais do SUS ainda é limitada, muitas vezes ignorada ou negligenciada pelas gestões públicas e pelas próprias diretrizes institucionais de saúde.

A análise dos dados obtidos nas UBSs revelou tanto a escassez desses profissionais nas unidades quanto a valorização de sua presença nos poucos locais em que atuam, destacando benefícios claros à saúde física e emocional dos usuários. Considerando que a equipe e-multi consta a participação de PEF, torna-se importante entender o porquê desses profissionais não estarem



atuando nas UBSs, uma vez que o número de profissionais constados não se iguala ao número de UBSs atendidos pela e-multi em Quirinópolis-GO. Dessa forma, ao constatar a não atuação dos PEF nas UBSs deste município, ressaltamos a importância de verificar em outros municípios se está havendo a inserção destes profissionais ou o mesmo caso ocorre nos demais lugares.

Assim, torna-se imprescindível que o Estado, as instituições de ensino e os órgãos representativos da classe profissional mobilizem esforços para consolidar o lugar do profissional de educação física como agente indispensável na construção de uma saúde integral. Portanto, mais do que discutir a inclusão do profissional de Educação Física na saúde, é necessário efetivar sua valorização, oferecendo-lhe condições dignas de trabalho, reconhecimento técnico-científico e espaços permanentes de atuação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Eunice de Souza; FERREIRA, Vanessa Batista. Educação Física e Saúde: desafios da atuação profissional no SUS. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 2, p. 215-222, 2019.

BETTI, Mauro. **Educação Física e sociedade: temas e reflexões**. São Paulo: Papirus, 2001. Disponível em: <https://www.papirus.com.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos do CEDES (UNICAMP)**, Campinas, v. XIX, n.48, p. 69-88, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA GM/MS Nº 635**. 2023. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799>.

CARVALHO, Yara Maria de. **Educação física: cultura corporal e educação**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. A formação sitiada: diretrizes curriculares de Educação Física em disputa: jogo jogado? **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/582162698/A-Formacao-Sitiada-Lino-Castellani-Filho>. Acesso em: 21 maio 2025.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento>. Acesso em: 28 maio 2025.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce>. Acesso em: 28 maio 2025.

GUEDES, Claudia Regina; SILVA, Roseli de Carvalho. O corpo, o movimento e a saúde: por uma Educação Física no SUS. **Revista Movimento**, v. 21, n. 3, p. 679-690, 2015.